

Inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular: Contribuições da relação entre família e escola

School inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in mainstream education: Contributions from the family-school relationship

Inclusión escolar de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación regular: Contribuciones de la relación entre familia y escuela

Recebido: 27/02/2026 | Revisado: 08/03/2026 | Aceitado: 09/03/2026 | Publicado: 10/03/2026

Rossana Cassol Sisti

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2856-4721>

Faculdade Unintese, Brasil

E-mail: rossana_sisti@hotmail.com

Maristela Maria de Moraes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2414-145X>

Faculdade Unintese, Brasil

E-mail: marismoraes15@gmail.com

Maria Bernardete Metz Bechler

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4580-0105>

Faculdade Unintese, Brasil

E-mail: bernardete@unintese.com.br

Resumo

Este artigo analisa os desafios enfrentados pela família e pela escola no processo de inclusão escolar de crianças com TEA no ensino regular. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e em observações do cotidiano escolar, com o objetivo de compreender de que maneira se articulam as práticas pedagógicas inclusivas e a participação familiar nesse contexto. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços legais e conceituais no campo da educação inclusiva, ainda persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à organização institucional das escolas e à comunicação entre família e escola. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar de crianças com TEA depende do fortalecimento da parceria entre essas duas instâncias, do investimento em formação continuada dos profissionais da educação e da implementação de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Inclusiva; Família; Escola.

Abstract

This article analyzes the challenges faced by families and schools in the process of including children with ASD in mainstream education. The study adopts a qualitative approach, based on a literature review and observations of everyday school practices, aiming to understand how inclusive pedagogical practices and family participation are articulated within this context. The results indicate that, despite legal and conceptual advances in the field of inclusive education, difficulties persist regarding teacher training, school institutional organization, and communication between families and schools. It is concluded that the effective inclusion of children with ASD depends on strengthening the partnership between these two spheres, investing in continuing teacher education, and adopting pedagogical practices that are sensitive to the individual needs of students.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Inclusive Education; Family; School.

Resumen

Este artículo analiza los desafíos enfrentados por la familia y la escuela en el proceso de inclusión escolar de niños con TEA en la educación regular. La investigación adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en una revisión bibliográfica y en observaciones del contexto escolar, con el objetivo de comprender cómo se articulan las prácticas pedagógicas inclusivas y la participación familiar en este proceso. Los resultados evidencian que, a pesar de los avances legales y conceptuales en el ámbito de la educación inclusiva, persisten dificultades relacionadas con la formación docente, la organización institucional de las escuelas y la comunicación entre la familia y la escuela. Se concluye que la inclusión efectiva de niños con TEA depende del fortalecimiento de la colaboración entre estas dos

instancias, de la inversión en la formación continua de los profesionales de la educación y de la adopción de prácticas pedagógicas sensibles a las singularidades de los estudiantes.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; Educación Inclusiva; Familia; Escuela.

1. Introdução

O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta, em geral, na infância e acompanha o indivíduo ao longo da vida. Suas características incidem principalmente sobre a comunicação, a interação social e o comportamento, o que exige atenção cuidadosa da família, da escola e dos profissionais que acompanham a criança desde os primeiros anos.

O momento do diagnóstico costuma provocar profundas transformações na dinâmica familiar. Pais e responsáveis passam a lidar com sentimentos como medo, insegurança e incertezas em relação ao futuro da criança, especialmente no que diz respeito à sua inclusão social e escolar. Nesse contexto, a família torna-se o principal suporte emocional, assumindo o papel de referência e proteção, ao mesmo tempo em que busca compreender as necessidades específicas da criança com TEA (Gómez & Teran, 2014).

Entre as maiores preocupações das famílias está a garantia de que a criança seja efetivamente incluída no ambiente escolar. O desejo não se limita à matrícula, mas envolve a possibilidade de convivência, aprendizagem e participação em atividades junto às demais crianças, em um espaço que respeite as singularidades e promova o desenvolvimento integral.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito de todos e como responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. Contudo, na prática, o processo de inclusão escolar de crianças com TEA ainda apresenta inúmeros desafios, o que motivou a criação de legislações específicas para assegurar que os direitos dessas crianças sejam efetivamente garantidos (Cunha, 2016). Apesar dos avanços legais, persistem dificuldades relacionadas à formação de professores, à organização das escolas e à articulação entre família e instituição escolar.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo do espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Brasil, 2021, p. 20).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pela família e pela escola no processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular. Busca-se compreender como a escola se organiza para receber esses estudantes, refletir sobre a importância da participação da família no processo de adaptação e identificar as principais dificuldades encontradas nesse percurso. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e em observações do cotidiano escolar, com o intuito de contribuir para reflexões sobre práticas inclusivas mais efetivas.

2. Metodologia

O estudo fundamenta-se em pesquisa documental de fonte direta em diário de bordo em observações a crianças com TEA, matriculadas no ensino regular, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental apoiados em pesquisa documental de fonte indireta, não sistemática (Risemberg et al., 2026) do tipo revisão narrativa da literatura (Fernandes, Vieira & Castelhana, 2023) com uso da base de dados do Google Acadêmico que é base de acesso livre e, gratuita e com os termos de busca: Transtorno do Espectro Autista; Educação Inclusiva; Família; Escola.

Este caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa (Pereira et al., 2018), desenvolvida com base em revisão bibliográfica e observações realizadas no contexto escolar. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos educacionais, especialmente no que se refere às práticas de inclusão e às

relações estabelecidas no ambiente escolar envolvendo crianças com TEA.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da consulta a livros, artigos científicos e produções acadêmicas que discutem o TEA, a educação inclusiva, o desenvolvimento infantil e as práticas pedagógicas voltadas à escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas. Essa etapa teve como finalidade construir o embasamento teórico do estudo, bem como identificar contribuições relevantes de autores da área para compreender os desafios, possibilidades e estratégias relacionadas ao processo de inclusão.

Além da revisão teórica, foram consideradas observações oriundas do cotidiano escolar, registradas por meio do diário de bordo em observações a crianças com TEA, matriculadas no ensino regular, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os registros contribuíram para a análise das interações estabelecidas entre crianças com TEA, professores, colegas e familiares. Essas observações possibilitaram a aproximação com a realidade vivenciada na escola, permitindo refletir sobre situações concretas que envolvem a participação, a socialização, a comunicação e o desenvolvimento da criança no ambiente educativo.

Dessa forma, a articulação entre os referenciais teóricos e as observações do contexto escolar favoreceu uma compreensão mais ampla sobre os processos de inclusão, permitindo discutir práticas pedagógicas, desafios enfrentados no cotidiano e possibilidades de fortalecimento do trabalho docente e do vínculo entre escola e família.

3. Resultados e Discussão

Os sinais do TEA nem sempre são perceptíveis ao nascimento, mas tendem a manifestar-se nos primeiros anos de vida. Alterações no comportamento, na comunicação e na interação social podem ser observadas ainda na primeira infância, o que torna fundamental a atenção da família e dos profissionais da saúde para a identificação precoce e o encaminhamento adequado, favorecendo intervenções mais eficazes.

De acordo com Mello (2007, p. 16), o autismo é descrito como:

Um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Cada pessoa com TEA apresenta características próprias, o que justifica o uso do termo “espectro”. As manifestações variam quanto à intensidade e ao grau de suporte necessário, refletindo a diversidade de experiências e necessidades individuais. Entre as características mais recorrentes estão as dificuldades na comunicação e na interação social, comportamentos repetitivos, alterações sensoriais, distúrbios do sono e da alimentação, além de medos e crises de nervosismo (Cunha, 2016). Essas particularidades podem interferir diretamente no processo de aprendizagem e nas relações estabelecidas no ambiente escolar.

Nesse sentido, conforme destaca Cunha (2016, p.13):

[...] o diagnóstico precoce permite intervenções específicas voltadas aos principais eixos afetados pelo transtorno, como a comunicação, as relações interpessoais e o comportamento. No contexto educacional, compreender essas características é essencial para que a escola possa planejar práticas pedagógicas adequadas e promover a inclusão de forma responsável.

O diagnóstico de TEA também impacta significativamente a organização familiar. Inicialmente, surgem sentimentos de insegurança e dúvidas, mas, com o tempo, torna-se fundamental que a família passe pelo processo de aceitação e acolhimento, criando condições favoráveis para o desenvolvimento da criança. No âmbito educacional, esse acolhimento deve

estar alinhado aos princípios da educação inclusiva, reconhecendo a singularidade de cada aluno.

A inclusão escolar de crianças com TEA vai além do acesso ao currículo formal, envolvendo a construção de relações sociais, o sentimento de pertencimento e a participação ativa no cotidiano escolar. Educar não se configura como um processo linear ou exato, mas como um percurso dinâmico, marcado por tentativas, ajustes e aprendizagens constantes (Cunha, 2016).

Quando a escola valoriza a diversidade, o convívio escolar torna-se mais enriquecedor, favorecendo o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais em todas as crianças. A educação inclusiva, nesse sentido, exige que a instituição repense suas práticas, metodologias e formas de organização, considerando as especificidades de cada estudante.

Segundo Carvalho (2006), a inclusão escolar não ocorre de forma imediata ou por imposição legal, mas resulta de um processo contínuo que considera as diferentes necessidades dos alunos. Esse processo demanda a criação de estratégias pedagógicas que favoreçam a interação social, o aprendizado e o respeito às diversas culturas presentes na escola.

A legislação educacional brasileira, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que estudantes com necessidades educacionais especiais sejam incluídos, preferencialmente, nas classes do ensino regular, com o suporte de serviços especializados quando necessário (Brasil, 1996). Contudo, a efetivação desse direito exige mais do que o cumprimento legal, demandando investimentos em formação docente, recursos pedagógicos e organização institucional.

A escola constitui, muitas vezes, o primeiro espaço social da criança fora do ambiente familiar, sendo também um local de grandes desafios de adaptação às regras de convivência. Nesse contexto, a parceria entre escola, professor e família torna-se fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social da criança com TEA (Cunha, 2016).

O professor ocupa um papel central no processo de inclusão escolar. Sua atuação não se limita somente à transmissão de conteúdos, mas envolve acolhimento, sensibilidade e capacidade de adaptação às diferentes formas de aprender. Trabalhar com alunos com TEA exige a construção de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam a participação de todos.

Para que a inclusão se concretize, é indispensável que o professor disponha de formação inicial e continuada que lhe permita compreender as características do transtorno e desenvolver estratégias adequadas. No entanto, a responsabilidade pela inclusão não recai apenas sobre o docente, mas sobre toda a comunidade escolar, que deve atuar de forma colaborativa na construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Em um contexto social ainda marcado por preconceitos, cabe à escola promover ações que favoreçam o respeito, a empatia e a convivência entre os alunos. A inclusão não se resume à presença física da criança na sala de aula, mas pressupõe sua participação ativa e afetiva no processo educativo.

A discussão sobre a inclusão escolar de crianças com TEA não pode ser dissociada do papel desempenhado pela família, uma vez que a efetivação de práticas inclusivas ultrapassa os limites físicos e institucionais da escola. Conforme abordado no capítulo anterior, a educação inclusiva pressupõe a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes, considerando suas singularidades. Nesse sentido, a família constitui um dos pilares fundamentais para a concretização desse processo, pois atua de forma direta na mediação entre a criança e o ambiente escolar.

A família representa o primeiro contexto de socialização e desenvolvimento humano, sendo responsável pela construção de vínculos afetivos, valores e formas de interação que influenciam significativamente a adaptação da criança ao espaço escolar. Para crianças com TEA, esse papel torna-se ainda mais relevante, uma vez que o suporte emocional e a previsibilidade oferecidos no ambiente familiar contribuem para o enfrentamento das demandas da escolarização, como a convivência social, o cumprimento de rotinas e a participação em atividades coletivas. Assim, a segurança emocional construída no contexto familiar favorece a inserção da criança na escola regular, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva que defendem a valorização das diferenças e o respeito ao ritmo de cada estudante.

Ao tratar da inclusão escolar, destaca-se que o sucesso desse processo não depende exclusivamente das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, mas da articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos. A participação da família no cotidiano escolar, por meio do diálogo com professores e equipe pedagógica, contribui para a construção de estratégias educacionais mais coerentes e contextualizadas. A troca de informações possibilita que a escola compreenda melhor as necessidades específicas da criança com TEA, evitando práticas padronizadas e favorecendo a flexibilização curricular, elemento central da perspectiva inclusiva.

Conforme discutido no campo da educação inclusiva, a parceria entre escola e família fortalece a construção de uma rede de apoio capaz de sustentar a permanência e a participação do estudante no ambiente escolar. Quando há alinhamento entre as ações desenvolvidas pela escola e as orientações reforçadas no contexto familiar, amplia-se a eficácia das intervenções pedagógicas e das adaptações necessárias ao processo de aprendizagem. Dessa forma, a inclusão deixa de ser compreendida como uma ação isolada da escola e passa a ser reconhecida como um compromisso compartilhado, que envolve corresponsabilidade e diálogo contínuo.

Nesse sentido, Dessen e Polonia (2007) afirmam que escola e família constituem contextos fundamentais de desenvolvimento humano, sendo a integração entre esses espaços um desafio permanente da prática educacional. Tal integração assume papel ainda mais significativo quando se trata da inclusão de crianças com TEA, pois exige sensibilidade, planejamento conjunto e abertura para o diálogo. Quando essa parceria se fortalece, cria-se um ambiente educacional mais coerente, previsível e acolhedor, condições indispensáveis para a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante.

Portanto, ao relacionar a atuação da família aos pressupostos da educação inclusiva, compreende-se que sua participação não se restringe ao acompanhamento escolar, mas integra o próprio processo de inclusão. A efetivação de uma escola inclusiva demanda o reconhecimento da família como agente ativo, cuja contribuição é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais humanas, equitativas e sensíveis à diversidade. Assim, a inclusão escolar de crianças com TEA consolida-se como um processo coletivo, que se constrói na intersecção entre escola, família e sociedade.

A análise da literatura, articulada às observações realizadas no cotidiano escolar, evidencia que o processo de inclusão de crianças com TEA ainda se configura como um desafio constante e, muitas vezes, atravessado por contradições. Embora a inclusão seja um princípio garantido por legislações e políticas educacionais, sua efetivação na prática cotidiana depende de condições concretas que nem sempre estão presentes na realidade escolar. Assim, percebe-se que, em muitos contextos, a inclusão ainda ocorre de forma parcial, limitada ou marcada por esforços isolados de alguns profissionais. Conforme Carvalho (2006), a inclusão escolar não se concretiza por decreto ou imposição legal, mas constitui um processo contínuo que exige reorganização institucional e pedagógica para que a participação e a aprendizagem sejam efetivamente garantidas.

Entre os desafios mais recorrentes observados, destaca-se a insuficiência de formação específica para professores e demais profissionais da escola. A literatura aponta que a formação docente inicial nem sempre oferece subsídios suficientes para lidar com as particularidades do desenvolvimento, da comunicação e do comportamento de crianças com TEA. Isso se reflete na insegurança de muitos professores ao planejar intervenções pedagógicas, ao organizar a rotina da turma e ao mediar situações de interação social. Na prática, essa lacuna pode gerar tentativas de inclusão baseadas apenas na boa intenção, sem planejamento adequado, o que acaba comprometendo tanto a aprendizagem quanto o bem-estar da criança.

Outro aspecto relevante refere-se à escassez de materiais pedagógicos adaptados e recursos acessíveis. Observa-se que, em muitas situações, a adaptação curricular não ocorre de maneira sistemática, ficando restrita a atividades pontuais ou improvisadas, elaboradas conforme a urgência do momento. Esse cenário contribui para que a criança com TEA, mesmo estando fisicamente inserida na sala de aula, vivencie barreiras que dificultam sua participação efetiva. A ausência de recursos estruturados, como materiais visuais, rotinas organizadas, estratégias de comunicação alternativa ou propostas diferenciadas tendem a reforçar a exclusão dentro do próprio espaço inclusivo, produzindo uma participação limitada e, por vezes,

invisibilizada.

Além disso, a articulação entre escola e família surge como um ponto central e, simultaneamente, delicado. As observações indicam que as famílias demonstram preocupação com a adaptação da criança ao ambiente escolar, especialmente no que diz respeito ao acolhimento, ao respeito às singularidades e ao modo como a criança é percebida pelos colegas e pelos profissionais. Essa preocupação é compreensível, pois muitas famílias já enfrentam, em outros espaços sociais, experiências de preconceito, desinformação e julgamentos equivocados sobre o comportamento da criança. Assim, a escola passa a representar não apenas um espaço de aprendizagem, mas também um lugar de segurança, reconhecimento e dignidade.

Por outro lado, professores e gestores, reconhecem que o processo de inclusão é complexo e exige mais do que esforço individual. As dificuldades relatadas ou percebidas não se resumem ao desconhecimento sobre o TEA, mas também se relacionam a questões estruturais: turmas numerosas, falta de apoio especializado contínuo, ausência de formação permanente e pouco tempo para planejamento coletivo.

Dessa forma, é possível afirmar que a inclusão escolar não pode ser responsabilizada exclusivamente ao professor regente, como se o sucesso ou fracasso do processo dependesse apenas de sua postura. Nessa perspectiva, Santos (2003) destaca que a inclusão escolar é um compromisso institucional e coletivo, sustentado pela cultura da escola, pela organização do trabalho pedagógico e pela colaboração entre profissionais, o que reforça a necessidade de condições concretas para sua efetivação. A inclusão é uma construção coletiva e institucional, que precisa ser sustentada por políticas internas da escola, por formação sistemática e por condições reais de trabalho.

Demarca-se a importância da inclusão de pessoas com TEA e/ou seus familiares no desenvolvimento de pesquisas relacionadas a elas, buscando a promoção de práticas científicas e acadêmicas que escutem, respeitem e se inspirem na neurodiversidade (Araujo; Silva & Zanon, 2023, p.6).

Os resultados obtidos também demonstram que, quando há diálogo contínuo entre os envolvidos: professores, equipe pedagógica, família e, quando possível, profissionais de apoio, as estratégias tendem a se tornar mais eficazes. A comunicação frequente permite que a escola compreenda melhor as necessidades específicas da criança, reconheça seus avanços e adapte práticas sem recorrer a generalizações ou rótulos. Da mesma forma, fortalece a confiança da família na instituição escolar, contribuindo para uma parceria que favorece o desenvolvimento da criança.

Diante disso, torna-se evidente que a inclusão efetiva não se limita à matrícula ou à presença da criança em sala de aula. Ela exige compromisso com a construção de um ambiente acessível, acolhedor e pedagogicamente intencional, no qual a criança com TEA seja reconhecida como sujeito de direitos, capaz de aprender e de participar de maneira significativa. Para que isso ocorra, são necessários investimentos contínuos em formação docente, ampliação de recursos pedagógicos adaptados, fortalecimento de práticas colaborativas e criação de espaços reais de escuta entre escola e família.

Assim, a discussão aponta que a inclusão escolar de crianças com TEA não deve ser compreendida como um desafio individual ou pontual, mas como um processo coletivo e permanente, que exige mudanças na cultura escolar. Mais do que “incluir”, trata-se de transformar a escola para que ela seja capaz de acolher a diversidade como parte legítima do processo educativo, garantindo condições de aprendizagem, participação e pertencimento para todas as crianças.

4. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a inclusão escolar de crianças com TEA constitui um desafio complexo, que ultrapassa a dimensão das adaptações físicas, estruturais ou legais. Trata-se de um processo que exige mudanças consistentes nas práticas pedagógicas, no planejamento curricular e na postura institucional da escola, de modo a assegurar não apenas o

acesso, mas, sobretudo, a permanência e a participação efetiva do estudante no ambiente escolar. Assim, a inclusão deve ser compreendida como um compromisso ético e pedagógico que envolve toda a comunidade escolar, exigindo intencionalidade, planejamento e acompanhamento contínuo.

Nesse contexto, evidencia-se a importância da formação e da capacitação docente como elemento central para a construção de uma educação inclusiva de qualidade. A atuação do professor, fundamentada em conhecimentos específicos sobre o TEA e em estratégias pedagógicas diversificadas, torna-se essencial para atender às necessidades educacionais individuais e promover o desenvolvimento integral da criança. Ressalta-se, portanto, que a ausência de formação adequada pode gerar insegurança profissional, práticas excludentes e dificuldades no processo de aprendizagem, reforçando a necessidade de políticas educacionais que garantam formação inicial e continuada voltada à inclusão.

Além disso, a parceria entre escola e família apresenta-se como um fator indispensável para o fortalecimento do processo inclusivo. O diálogo constante entre os responsáveis e a equipe escolar possibilita maior compreensão sobre as particularidades da criança, contribuindo para a elaboração de intervenções pedagógicas mais coerentes com sua realidade e com suas potencialidades. Dessa forma, quando escola e família atuam de maneira articulada, favorece-se a construção de um ambiente mais acolhedor, seguro e estimulante, promovendo avanços não apenas no desempenho acadêmico, mas também no desenvolvimento social, emocional e comunicativo da criança.

Por fim, compreende-se que a inclusão escolar de crianças com TEA deve ser concebida como um processo contínuo, construído cotidianamente por meio da empatia, do respeito às diferenças e do compromisso coletivo com a diversidade. A efetivação desse processo demanda uma escola que reconheça a singularidade de cada estudante e que esteja disposta a flexibilizar suas práticas, garantindo condições reais para que todos aprendam e se desenvolvam. Assim, reafirma-se que a inclusão não deve ser tratada como uma ação pontual, mas como uma perspectiva permanente de educação, fundamentada na equidade e na valorização das diferenças como elemento constitutivo do espaço escola.

Referências

- Araújo, G. R., Silva, M. A. & Zanon, R. B. (2023). Autismo, Neurodiversidade e Estigma: perspectivas políticas e de Inclusão. *Psicologia Escolar e Educacional*, 27, 1-7. <https://www.scielo.br/j/pee/a/S5FdcTLWS9bPdJwPXcdmnHz/?format=pdf&lang=pt>.
- Brasil (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- Brasil (2021). Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica/ Secretaria da Educação Especial*. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. 09/10/2025.
- Carvalho, R. E. (2006). *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. (4ed). Editora Mediação.
- Cunha, E (2016). Autismo e educação escolar: um olhar psicopedagógico. *Revista Científica Contexto/Facnec*, 1(1).
- Dessen, M. A; Polonia, A.C (2007). A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Família e Escola, Campinas.
- Fernandes, J. M. B., Vieira, L. T. & Castelhana, M. V. C. (2023). Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnico-formativas. *REDES – Revista Educacional da Sucesso*. 3(1), 1-7. ISSN: 2763-6704.
- Gómez, A. M. S. & Terán, N. E (2014). *Transtornos de aprendizagem e autismo*. Ed.Grupo Cultural.
- Mello, A. M. S. R. (2007). *Autismo: guia prático*. Colaboração: Marialice de Castro Vatauvuk. (7. ed.). São Paulo: AMA; Brasília: CORDE. <https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf>.
- Pereira, A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- Risemberg, R. I. C. et al. (2026). A importância da metodologia científica no desenvolvimento de artigos científicos. *E-Acadêmica*, 7(1), e0171675. <https://eacademica.org/eacademica/article/view/675>
- Santos, Mônica Pereira dos (2003). *Inclusão escolar: a escola para todos*. Rio de Janeiro: DP&A.